

"Contribuição da MS ao DN do dia 24 de março de 2022"

A participação do PT na construção de uma federação com partidos de esquerda vem enfrentando uma forte desconfiança e gerando um grande desconforto no partido, por conta da falta de discussões e definições prévias sobre 3 elementos fundamentais que o Diretório Nacional vem postergando por pelo menos três reuniões:

1) o programa da candidatura do Lula - se a base de uma federação deve ser, a priori, a identidade ideológica e programática entre os partidos, faz uma enorme falta a definição de diretrizes gerais do programa de governo do Lula. Este deve conter não apenas a recuperação do nosso legado e a recolocação das nossas políticas públicas amplamente exitosas e que estão sendo destruídas desde 2016, mas também o conjunto de mudanças estruturais na sociedade brasileira que radicalize a democracia e coloque os direitos revogados no centro da construção de transformações sociais mais profundas. Por isso nosso programa deve ser necessariamente um programa à esquerda, que tenha a radicalidade que o momento exige e que confronte o que está sendo imposto pela retomada da agenda neoliberal e pela agenda neofascista que é base do governo Bolsonaro.

2) a definição de uma política de alianças - segundo elemento que faz muita falta é a definição nítida de uma política de alianças, qual o escopo de uma aliança de primeiro turno que possa ser porta-voz desse programa pra sociedade. Se o programa é democrático e popular, se as alianças são necessárias para viabilizar esse programa, então nós defendemos uma política de alianças democrática e popular que engloba fundamentalmente o PT, PCdoB, PV e PSB, juntamente com os partidos com os quais nós estamos em diálogo, a Rede e o PSOL, para que tenhamos no primeiro turno uma característica mais homogênea de alianças. Uma Frente Ampla ou uma Federação ou um vice da direita como o aventado Alckmin, com partidos de centro e até mesmo centro-direita irão diluir a mensagem que o PT precisa tratar com o povo. Por isso, as tentativas de atrair setores da centro-direita que apoiaram o golpe, como é o caso de setores do MDB e PSD, devem ser claramente deixadas para um eventual segundo turno.

3) estratégia política e eleitoral da candidatura Lula - é importante também que a discussão estratégica da candidatura Lula seja feita no Diretório Nacional, porque precisamos definir o que nós esperamos da candidatura, como ela se relaciona com a luta política hoje, de que forma ela irá se posicionar no espectro político da esquerda e quais as mensagens fundamentais que a candidatura de Lula expressa. Fundamentalmente nós acreditamos que a candidatura Lula nasce da resistência do povo brasileiro durante o processo de prisão e interdição das eleições de 2018 e, portanto, nasce com uma marca de uma candidatura contra o golpe de 2016, pela recuperação da democracia, pela urgência e prevalência dos direitos humanos como um elemento central do nosso plano de governo e com

características de uma maior radicalização perante o sistema político, porque não podemos passar a ideia de que a candidatura Lula é uma candidatura do *establishment* político. Precisamos garantir marcas fundamentais de inconformismo da candidatura Lula com as mazelas do capitalismo, do racismo, da misoginia, da LGBTfobia, etc. Ou seja, a candidatura Lula deve expressar, nitidamente, os nossos ideais de transformação social na sociedade brasileira, em favor dos trabalhadores e das grandes maiorias oprimidas do nosso país.

Esses 3 elementos vêm sendo cobrados, por nós, nas reuniões do diretório em 2021 e ao serem postergadas demonstram que, para vários setores do partido, a condução do partido e da campanha, nesse momento tão desafiador da sociedade, deve ser alienado do partido. Precisamos trazer esse debate para o centro do PT. Assim a presença de Lula numa reunião do DN para discutir programa, alianças e estratégia é essencial e ela deve se dar na primeira reunião do DN a ser marcada imediatamente após essa nossa reunião - não pra bater o martelo na questão da federação, mas para definir os pilares políticos que irão nos permitir debater, com muito mais tranquilidade e com mais certeza, para que e de que forma nós iremos construir uma Federação.

Em relação a questões fortemente discutidas ao longo dos últimos meses, como a definição e o papel do vice, no nome do ex-governador de SP, Geraldo Alckmin, é importante que Lula e Alckmin apresentem claramente o que está em debate no atual momento. Sinaliza muito mal pra sociedade que nós já tenhamos definido um vice de centro-direita, golpista, que defendeu, praticou, promoveu e aprofundou a agenda neoliberal no principal estado do país, que defendeu a prisão de Lula e que transformou o antipetismo no principal elemento da sua última campanha presidencial. Nós acreditamos que a candidatura a vice deve agregar, política e eleitoralmente ao capital político do Lula, setores que nós disputamos na sociedade. não há dúvida que a candidatura do Alckmin é um elemento de contradição com o programa, a política de alianças e a estratégia que defendemos, com Lula ocupando o espectro político da esquerda e dialogando com amplas massas para construir uma base eleitoral e política de sustentação para nossa vitória, para nossa posse, para execução do nosso programa de governo. Uma candidatura como a de Alckmin desestimula a militância do PT e sinaliza um governo ao centro, um governo de pactuação com aqueles setores que foram responsáveis pelo golpe e as consequências nefastas que trouxe pra nossa sociedade.

Por essa razão nos posicionamos contra a candidatura de Alckmin a vice e acreditamos que essa escolha, bem como das tarefas administrativas do novo governo, deve ficar longe das especulações de hoje e devem ser tratadas no momento oportuno, ou seja, depois que o Diretório Nacional definir os três

elementos centrais da campanha e dentro do calendário eleitoral, buscando complementar a chapa quando ela estiver mais plenamente definida nos seus objetivos.

Em relação à Federação, achamos importante ressaltar que desde o nosso 3º congresso, o PT defende a reforma do sistema político brasileiro com um elemento central de uma agenda de democratização do país e que tenha, como elementos fundamentais, o voto proporcional com lista partidária pré-ordenada e democraticamente definida nas nossas instâncias, fidelidade partidária, fim das coligações proporcionais e financiamento público exclusivo de campanha.

Nós fomos derrotados em várias oportunidades na construção dessa agenda no congresso nacional, mas tivemos avanços importantíssimos nessa direção, com decisões do judiciário e posteriormente no legislativo que nos garantiram 1) a grande conquista do financiamento público exclusivo e o fim do financiamento empresarial de campanhas, 2) fim das coligações proporcionais. Ao longo de todo o debate sobre o fim das coligações, o PT impulsionou o debate sobre a construção de federação de partidos, não só como uma alternativa de sobrevivência para legendas ameaçadas pelas cláusulas de barreira aprovadas pelo Congresso, mas também dentro dos objetivos de construção de uma reorganização do espectro partidário brasileiro, com o fim das oportunidades que as coligações proporcionais davam à sobrevivência de partidos de aluguel, pulverizando o espectro político brasileiro em legendas que não tem nenhuma identidade ideológica a não ser o mandonismo de lideranças que negociam, abertamente no mercado político, a posição dos seus partidos no Congresso.

A federação não é algo estranho ao PT. No 7º congresso, a nossa chapa 290 apresentou um projeto que foi rejeitado pelo plenário, numa das poucas votações. a ideia de que enfrentar o atual momento de união do neoliberalismo, do golpe de 2016 com a fraude eleitoral de 2018 e sua vertente neofascista, exigem que o PT lidere uma frente de esquerda, uma federação que dê potência àquilo que nós construímos como uma plataforma de transformação social do Brasil. no entanto, o debate sobre federação de partidos vem se dando no atual momento com uma ênfase quase exclusiva no que a federação influi na composição das bancadas e nos objetivos eleitorais do PT em cada estado, nestas eleições de 2022 e nas eleições de 2024. Com certeza são elementos fundamentais para que o PT defina sua opção pelo melhor formato de disputa eleitoral. precisamos acertar de que forma a federação pode alavancar nosso projeto democrático e popular nesse contexto de reconstrução democrática pela qual o PT irá passar, junto com a sociedade, após as eleições deste ano.

A falta de transparência que vem conduzindo o diálogo com os partidos, com sucessivas decisões divulgadas pela imprensa como definitivas, contraria o espírito da resolução do DN de dezembro, que definiu a necessidade de implementarmos

uma ampla discussão no interior do partido sobre o objetivo das federações partidárias, sobre o formato atual definido em lei e nas regulamentações do TSE e o mandato de diálogo que foi dado à executiva nacional com outros partidos para uma posterior deliberação da nossa política nos coloca numa posição muito delicada, já que o avanço das negociações e a sinalização dos acordos estabelecidos colocam ao DN a tarefa de referendar o que já foi negociado ou de desautorizar a nossa presidenta e a comissão responsável pelos diálogos com os outros partidos, que hoje aceitaram esse debate de federação conosco.

Assim, acreditamos que o principal objetivo do próximo DN deve ser reforçar a ideia de que estamos disputando o formato de uma federação que não é exatamente aquela que nós poderíamos construir num quadro de plena liberdade de organização partidária, porque tanto a lei aprovada pelo congresso quanto as decisões posteriores do TSE sinalizam uma federação distante dos nossos objetivos de construção dentro das perspectivas de reforma do sistema político eleitoral brasileiro defendida por nós. Na medida que engessa as federações, ela impõe um conjunto de forma organizativa sob tutela da lei e não da livre organização partidária e por isso estamos, nesse momento, num processo de definição que exige do PT muita iniciativa política, capacidade de articulação institucional e pressão sobre o poder judiciário para que nós tenhamos um formato de federação que seja capaz de dar vazão aos principais objetivos que nós nos propusemos quando debatemos o fim das coligações proporcionais.

Há ainda um conjunto de definições em relação às eleições de 2022, particularmente no que diz respeito à gestão dos fundos, bem como à estrutura das federações nos estados e municípios e suas consequências para a disputa de 2024 que precisam ser disputadas, para que o PT possa tomar uma decisão soberana sobre a constituição ou não, neste momento, de uma federação de partidos, como vem sendo objetivo de negociação em curso.

Necessário negar todas as medidas neoliberais e neofascistas dos últimos 6 anos, com um outro modelo de orçamento público, revogar o teto de gastos e todos os demais direitos revogados e que precisam estar no centro do debate público, como o emprego, as políticas sociais, a recuperação dos direitos humanos, a transição ecológica, o conjunto de indenizações e reparações devidas às vítimas da Covid-19. Todo um conjunto de reconstrução e transformação do Brasil, de tudo o que foi destruído desde o golpe de 2016 e a partir de um programa da esquerda.